

Ata da Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (29) vinte nove de agosto do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

Às dezesseis horas do dia (29) vinte nove de agosto do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência em exercício do Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luiz Antônio de Belle Póthas, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Carlos Roberto Vasques dos Santos, Dirceu Pereira da Silva, Eduardo Corrêa Aita, Ivan Luiz de Araújo, Leacim Schwindt, Milton Roberto Pereira de Souza, Síllas Rodrigues Senko e Waldir Maurício de Aquino Neto. Havendo o número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (17) dezessete de agosto do ano em curso, Ata da Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (22) vinte dois de agosto do ano em curso, Ata da Sexta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo e Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (24) vinte quatro de agosto do ano em curso. Quanto da leitura da Ata da Sessão Extraordinária do dia (17) dezessete de agosto de mil novecentos e noventa e cinco o Senhor Primeiro Secretário Vereador Luiz Antônio de Belle Póthas, observou que ocorreu a Primeira Secretaria e não o Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, como constava do texto da Ata. Observou o Senhor Presidente em exercício, que encomendou a emissão do Voto pelo Vereador Luiz Antônio de Belle Póthas para a Secretaria. A seguir, o Senhor Presidente em exercício, após o cumprimento do rito regimental relatado ao Senhor Primeiro Secretário

a leitura do Expediente que constou do seguinte: Ofício GAPRE n.º 304/95, assunto: Refere-se ao Ofício n.º 102/95, desta Casa Legislativa, Ofício GAPRE n.º 232/95, assunto: Refere-se à Indicação n.º 075/95 de autoria do Vereador Nilley Kreino da Silva, Ofício GAPRE n.º 329/95, assunto: Encaminha o Requerimento n.º 016/95, para apreciação desta Casa Legislativa, Ofício Circular SECAPS n.º 002/95, assunto: Encaminha o Lei Orgânica da Assistência Social LOPAS, e convida para participar do Encontro Regional de Assistência Social da Região dos Bairros Ligeiros no dia 30/08/95, de 14:00 às 18:00 horas, no auditório da Nova Prefeitura (centrinho), Projeto de Lei n.º 032/95 - Remoção n.º 016/95, assunto: Altera o Artigo 3.º do Lei n.º 1070, de 05 de junho de 1991, Requerimento n.º 088/95 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicita ao Gerente Regional do LERS, Sr. Geroldo Abdoncio Júnior, a instalação de braços/luminárias no Bairro Parque Sule, Requerimento n.º 090/95 assunto: ou melhor de autoria do Vereador Luiz Antônio de Nello Cabas, assunto: Dispõe sobre outorga de Menção de Aplausos ao Superintendente Regional do SEST, Dr. Nival Edgar Santos Medeiros, pela realização da 16.ª Edição Global em Cabo Frio, no dia 27 de agosto de 1995, Indicação n.º 091/95 de autoria do Vereador Afaldir Maurício de Góes Neto, assunto: Solicita ao Excm.º Sr. Prefeito Municipal rede de águas pluviais e calçamento na Rua Rio de Janeiro Bairro Jardim Linda II, Indicação n.º 090/95 de autoria do Vereador Luiz Antônio de Nello Cabas, assunto: Solicita ao Excm.º Sr. Prefeito Municipal, que junto à Secretaria competente, providencie reparos urgentes no muro e nos gavetas do Cemitério Santa Izabel, que confrontam com as casas de moradores do Bairro Floresta, Requerimento n.º 091 de autoria do Vereador Nilley Kreino da Silva, assunto: Solicita providências no sentido de que o Poder Legislativo promova, em Sessão Especial, amplo debate sobre os questões de infra-estrutura da Cidade, em face do aniversário de 1996. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente em exercício, convocou a Sessão aos Vereadores inscritos e como único orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Alfredo Luiz do Nascimento Barros, do PT, falando inicialmente sobre a importância da participação da população nos trabalhos do Legislativo. Reportou-se ao Fórum do Meio Ambiente, realizado na semana anterior no Plenário

h

do Povo, entendendo que não havia muito espaço em convidar os mais diversos segmentos representativos da Comunidade, e mesmo assim, a participação foi muito positiva, se comparada com a presença do povo nas reuniões da Câmara. Disse que vários debates abordavam o povo da Câmara, discutindo a questão do desrespeito, do desgosto do processo político, mas entendeu que algumas questões podiam ser discutidas a nível do deputado. Felou que o trabalho realizado por uma Comissão, durante o ano de 1994, em relação a reforma do Regimento Interno da Casa, poderia levar a algumas mudanças. Falando sobre o horário das Sessões, disse que iria defender a mudança de horário das dezesseis horas, o que considerava um grande empulho para a participação popular. Defendeu também um trabalho para o resgate da capacidade política da Câmara. Felou que a mudança de horário das Sessões para as dezesseis horas sem dúvida aumentaria a participação do povo, o que poderia ser comprovado quando as Sessões da Câmara alcançavam tal horário. Destacou a Tribuna Popular, foi alvo de trabalhos dos Vereadores Carlos Roberto Joazeiro dos Santos e Abílio Pereira, e que por estar com a nova redação do Regimento uma elemento potencializador da participação do povo cabofrense. Disse que iria ainda esquecer por muito prazo a implementação das mudanças do Regimento Interno da Casa, sob pena de ser obrigado a tomar providências para que fosse alterado o quadro de total de interesses do povo pela Câmara. A seguir, comunicou que mais uma vez não havia qualquer alteração quanto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança, enfatizando ter entrado em contato com a mãe materna da Infância, Nire Shula, que estava encaminhando para o da Vereador relator sobre o matéria 013 que se encontrava na Casa, sugerindo a criação de proposta do Conselho Tutelar. Disse ter entrado em contato com o Vereador Waldir Maurício de Aguiar Filho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça considerando que o prazo de dois anos e nove meses concedido ao Prefeito era mais do que suficiente para as alterações que o próprio Conselho e sua Secretária vinham solicitando. Disse que com a urgência do relatório da Nire Shula a Câmara de imediato iria solicitar ao Vereador Waldir Maurício de Aguiar

Sob a análise da matéria. Com relação a questão da Planta de Valores, diz que o Conselho dos Trabalhadores não veio se juntar a discussão, e que a atitude tomada pelo PT no final do ano de 1994 não o colocava em posição defensiva, e que o trabalho feito do forma como entendido de certo ou pelo. Disse que em suas Administrações o PT lutava pela implantação da Planta de Valores, mas, no presente reconhece que aquela não foi a melhor maneira praticada pelo Prefeito para ter a Planta, até porque interessa o cadastro imobiliário. Com relação a reunião judicial anulando as decisões da Câmara que haviam aprovado a Planta de Valores, disse que o Prefeitura deveria proceder de acordo com a gravidade do ato e que procedesse de acordo com o que determinava o Juiz, atendendo aos que pleiteavam a devolução de valores pagos individualmente. Concluindo a seguir sua fala. Não havendo mais Oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente em exercício transportou os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 032/95. Remessa nº 016/95. Aprovadas as Requerimentos nºs 088/95, 090/95 e 091/95. Aprovadas as Indicações nºs 090/95 e 091/95. Sumada a Ordem do Dia e não havendo Oradores para o uso da Tribuna em Sessão Pública, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para exemplar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

~~Assinado e rubricado por~~
 Assinado e rubricado por

A Ata da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (31) trinta e um de agosto do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

Ass. do Secretário honorário do dia (31) trinta